

A. I. N° - 110526.0087/04-4
AUTUADO - TOMRA LATASA RECICLAGEM S/A.
AUTUANTE - ANTONIO ARAÚJO AGUIAR
ORIGEM - I F M T – DAT/METRO
INTERNET - 05/05/05

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0149-03/05

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. OPERAÇÃO REALIZADA COM NOTA FISCAL COM DATA DE VALIDADE VENCIDA. Embora a infração esteja comprovada, é devida apenas uma penalidade por descumprimento de obrigação acessória, considerando que não ficou caracterizada a falta de pagamento do imposto. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 03/09/2004, refere-se à exigência de R\$5.508,00 de ICMS, acrescido da multa de 100%, por utilização de documento fiscal com data de validade vencida. Consta na descrição dos fatos que foi constatado o trânsito de mercadoria acompanhada da Nota Fiscal de número 0369, com data de validade vencida, conforme Termo de Apreensão e Ocorrência, fls. 05/06.

O autuado apresentou impugnação (fls. 15 e 16), alegando que no dia 03/09/2004, no Posto Fiscal Honorato Viana, após a pesagem do veículo que transportava 11.000 Kg. de sucata de alumínio, mercadoria que estava acompanhada pela NF 0369, foi constatado o excesso de 5.000 Kg da citada mercadoria, por isso, foi lavrado o Auto de Infração de nº 110526.0086/04-6, e exigido o imposto no valor de R\$9.180,00, devidamente pago, conforme DAE à fl. 29. Disse que reconhece a irregularidade do excesso de peso, justificando que isso ocorreu porque o fornecedor aproveitou o frete e mandou a carga sem a sua autorização.

Quanto ao presente Auto de Infração lavrado em decorrência da utilização da nota fiscal que acompanhava as mercadorias, com data de validade vencida, alegou que o funcionário da empresa informou ao preposto do fisco que houve erro na emissão do documento, haja vista que no estabelecimento tinha documentação autorizada pela repartição fiscal (AIDF 99570278002004, de 20/08/2004), sendo possível substituir o documento em questão, com a carga em poder do fisco. Entretanto, quando o funcionário da empresa compareceu ao Posto Fiscal Honorato Viana, no mesmo dia dos fatos, foi surpreendido com a notificação do presente Auto de Infração, sem os descontos inerentes ao pagamento já efetuado.

O defendente cita decisão da 5ª JJF, através do Acórdão JJF N° 0113/00, e esclarece que o documento fiscal foi oportunamente escriturado, sendo oferecido à tributação o imposto nele destacado. Salaria que não houve dolo, nem simulação, apenas erro de escrituração, sem a intenção de sonegação; a situação está regularizada com o pagamento do imposto, não é beneficiário de Regime Especial, e não está em débito com o Fisco.

O autuante prestou informação fiscal às fls. 57/58 dos autos, dizendo que as alegações e os documentos apresentados nas razões de defesa demonstram que o autuado possuía talonários de

notas fiscais em condições normais de uso, devidamente autorizados pela SEFAZ em data anterior à da ação fiscal, conforme consulta, que realizou (fl. 59). Assim, entende que se torna descabida a exigência fiscal, por isso, solicita a improcedência do presente lançamento.

VOTO

O presente Auto de Infração foi lavrado para exigir ICMS acrescido de multa, relativamente a mercadoria acompanhada da Nota Fiscal de nº 0369, emitida em 02/09/2004, data posterior ao prazo de sua validade (01/08/2004).

Nas razões de defesa, o autuado alega houve erro na emissão do documento, haja vista que no estabelecimento tinha documentação autorizada pela repartição fiscal (AIDF 99570278002004, de 20/08/2004), sendo informado ao preposto fiscal que seria possível substituir o documento em questão, com a carga em poder do fisco.

Pela Nota Fiscal de nº 0369 (fl. 10), constato que a sua validade expirou em 01/08/2004, a operação foi realizada em 02/09/2004, após a data limite para a sua emissão, e de acordo com o art. 209, inciso III, do RICMS/97, é considerado inidôneo, fazendo prova apenas em favor do Fisco, o documento que não guardar os requisitos ou exigências regulamentares, inclusive no caso de utilização de documento fiscal depois que venceu o prazo de validade nele indicado. Por isso, o autuante considerou idôneo o documento fiscal utilizado pelo contribuinte para a operação, e exigiu o pagamento do imposto correspondente.

Observo que se trata de uma nota fiscal de entrada; a mercadoria objeto da autuação está enquadrada no regime de diferimento, e neste caso, o lançamento e o pagamento do imposto deve ocorrer em etapa posterior, na saída da mercadoria, sendo indicado no corpo do documento fiscal o número da habilitação do destinatário da mercadoria para operar no regime de diferimento, estando ativa a mencionada habilitação.

Na informação fiscal, o autuante reconhece que o autuado possuía talonários de notas fiscais em condições normais de uso, devidamente autorizados pela SEFAZ em data anterior à ação fiscal, conforme consulta que realizou (fl. 59), entendendo que é descabida a exigência fiscal.

Observo que está caracterizada a responsabilidade do autuado pelo pagamento do imposto em etapa posterior com a mercadoria, conforme previsto na legislação, por isso, a nota fiscal em questão (fl. 02) não se tornou imprestável para os fins a que se destinou, consoante o disposto no parágrafo único, do art. 44, da Lei 7.014/96.

Assim, entendo que embora esteja comprovada a infração que resultou no presente lançamento, é devida apenas uma penalidade por descumprimento de obrigação acessória, no valor de R\$50,00, prevista no art. 42, inciso, XXII da Lei 7.014/96, nos termos do art. 157, do RPAF/99, sendo este o posicionamento adotado, de forma reiterada, neste CONSEF.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 110526.0087/04-4, lavrado

contra **TOMRA LATASA RECICLAGEM S/A**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor total de **R\$50,00**, prevista no art. 42, inciso XXII, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 02 de maio de 2005.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA – PRESIDENTE

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - RELATOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - JULGADOR